

## AULA DE CAMPO COMO FERRAMENTA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA: COMPREENDENDO A GEOGRAFIA DO COTIDIANO A PARTIR DOS RIBEIRINHOS DA COMUNIDADE PORTO DO CAPIM – JOÃO PESSOA/PB

José Ricardo Borges da Silva <sup>1</sup>  
Weverton Gonzaga dos Santos Marques <sup>2</sup>  
Mikael Bernardino dos Santos <sup>3</sup>  
Lucas Ferreira de Brito <sup>4</sup>  
Wellson David Dias Ferreira <sup>5</sup>

### RESUMO

A Geografia do cotidiano é praticada pelo homem desde os tempos mais remotos, utilizada para sua sobrevivência no meio, ao operar conhecimentos empíricos formados em seu trajeto de vida para a localização e compreensão do espaço. Compreendendo que a Ciência Geográfica tem como seu laboratório de pesquisa os múltiplos espaços, incluindo os dotados de definições educacionais, entendeu a necessidade de práticas de ensino-aprendizagem *in loco*, ou seja, localizada no local onde são encontrados os fenômenos a serem analisados. Dessa maneira, este trabalho objetiva a aula de campo como uma prática educativa, caracterizada por promover aos alunos uma aprendizagem que vai além do recorrente e comum ambiente físico escolar, sendo assim, uma ferramenta didático-pedagógica vigente no ensino da Geografia adquirida a partir do saber cotidiano. A presente pesquisa utilizou-se de uma análise qualitativa, com abordagem participativa, de cunho bibliográfico e de campo (*in loco*). Doravante de uma sistematização das experiências vivenciadas no decorrer de uma aula de campo, realizada durante o componente curricular de Metodologia da Pesquisa em Geografia, na UEPB/Campus III. Assim, os autores desenvolveram compreensões críticas perante os saberes vivenciados durante o processo de campo, principalmente constituídos a partir de entrevistas semiestruturadas com ribeirinhos, moradores da Comunidade de Porto do Capim, localizado na cidade de João Pessoa - PB, associadamente com a ampliação de referencial teórico, auxiliando em uma análise reflexiva e compreensão eficaz do tema debatido. No referido trabalho destacam-se relatos de uma aula de campo com perspectivas voltadas para um cenário educacional geográfico, com olhares pertinentes ao ensino da compreensão do espaço vivido, ou seja, dos saberes adquiridos a partir da realidade na qual estamos inseridos, alcançando a percepção da necessidade primordial de tais debates se tornarem essenciais para a aproximação dos alunos com os conhecimentos empíricos sintetizados pelos cidadãos mais antigos.

**Palavras-chave:** Geografia do cotidiano, Aula de campo, Ensino Geográfico, Espaço vivido, Ensino-aprendizagem.

---

<sup>1</sup>Graduado pelo Curso de **Geografia** da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, [Jricardoborges27@gmail.com](mailto:Jricardoborges27@gmail.com);

<sup>2</sup>Graduado pelo Curso de **Geografia** da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, [Wevertonlinkin@gmail.com](mailto:Wevertonlinkin@gmail.com);

<sup>3</sup>Graduado pelo Curso de **Geografia** da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, [Bernardinomikael@outlook.com](mailto:Bernardinomikael@outlook.com);

<sup>4</sup>Graduado pelo Curso de **Geografia** da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, [Lucasfe263@gmail.com](mailto:Lucasfe263@gmail.com);

<sup>5</sup> Professor orientador: Graduado pelo Curso de **Geografia** da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, [Welsondias14@gmail.com](mailto:Welsondias14@gmail.com).

## INTRODUÇÃO

A geografia e o campo sempre estiveram intrinsecamente conectados desde os primórdios da ciência geográfica. Dessa forma, o campo emerge como uma das ferramentas mais cruciais para os geógrafos, sendo essencial para a ciência geográfica, pois não apenas complementa a teoria abordada em sala de aula, mas também contribui significativamente para o desenvolvimento da observação como prática acadêmica e para a aquisição de técnicas de coleta de dados.

Diversos teóricos da Geografia sustentam que é fundamental estabelecer uma integração entre o conhecimento natural e o empírico. Lacoste (1985) argumentava que o trabalho de campo não deveria se restringir ao empirismo, sendo imperativo considerar o contexto mais amplo e o entendimento global. Ele defendia que a prática e a teoria devem se entrelaçar, transformando-se em uma abordagem coesa e não mais dissociada. Assim, ao empregar o campo de tal maneira, obtemos um resultado interpretativo verdadeiramente profundo e autêntico.

Conforme Borges (2018) atualmente a maioria dos professores considera que o campo é um momento indispensável para o ensino, sendo algo primordial do fazer geográfico, permitindo ao professor de geografia inovar e desenvolver novas habilidades nos alunos. Neste contexto, o presente artigo tem como objetivo demonstrar de que maneira a aula de campo, enquanto prática educativa, proporciona aos alunos uma aprendizagem que transcende o ambiente físico escolar convencional. Dessa forma, a aula de campo se estabelece como uma ferramenta didático-pedagógica relevante no ensino da Geografia, permitindo uma integração mais significativa com o saber cotidiano.

O estudo teórico foi conduzido na comunidade Porto do Capim, situada no município de João Pessoa - PB, com o propósito de observar e analisar a geografia cotidiana vivida pelos cidadãos ribeirinhos da região, utilizando categorias geográficas pertinentes. A investigação decorreu de uma aula de campo realizada no âmbito do componente curricular de Metodologia da Pesquisa em Geografia, no UEPB/Campus III.

A abordagem adotada foi qualitativa e participativa, combinando análises bibliográficas e de campo (*in loco*). Os pesquisadores desenvolveram compreensões críticas baseadas nas experiências adquiridas durante o processo de campo,

particularmente por meio de entrevistas semiestruturadas com os ribeirinhos. Essa abordagem foi complementada por uma ampliação do referencial teórico, proporcionando uma análise reflexiva e uma compreensão aprofundada do tema em questão.

## **CARACTERIZAÇÃO DE ÁREA**

A comunidade do Porto do Capim está localizada na cidade de João Pessoa –PB possuindo um área de aproximadamente 211 Km<sup>2</sup> e uma população estimada para 2024 em 888.679 habitantes segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A cidade teve seu processo de ocupação iniciado ainda no século XVI às margens do Rio Sanhauá e foi se expandindo em direção ao Leste e ao Litoral.

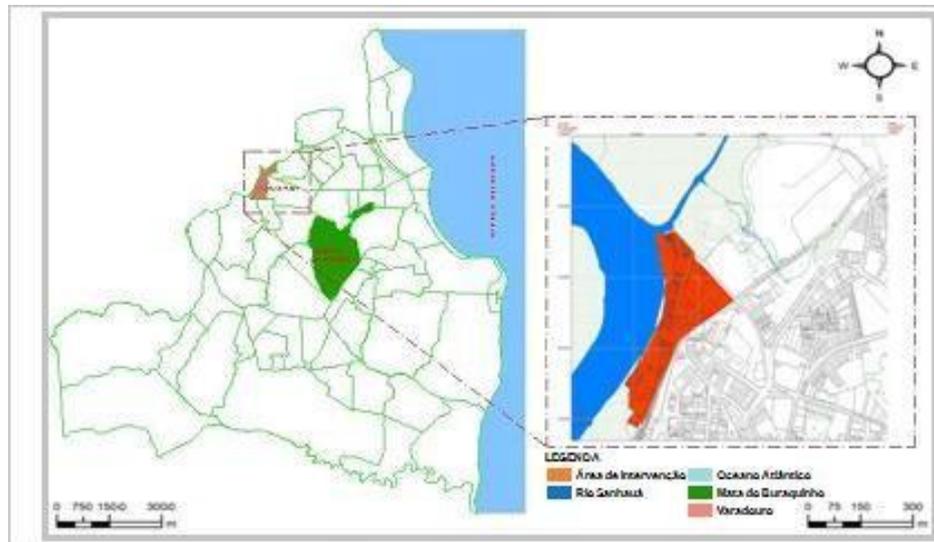
Acerca dos aspectos geomorfológicos, João Pessoa está localizada na bacia sedimentar costeira e sub-costeira de Pernambuco-Paraíba, aí são diferenciados os compartimentos dos tabuleiros, áreas mais elevadas elaboradas nos sedimentos da Formação Barreiras; da baixada litorânea, faixa estreita que se estende no sentido norte-sul, nos trechos que compreendem os bairros do Bessa e Manaíra, este compartimento alarga-se dando origem a área menos elevada da cidade, e compartimento das planícies de várzeas que se estendem no sentido oeste-leste e caracterizam os solos mais férteis da região (Carvalho, 1982).

Segundo Melo et al. (2008) a capital Paraibana possui um clima quente e úmido do tipo intertropical, com temperatura média anual de 26° C e umidade relativa do ar média de 80%. O ambiente natural de João Pessoa é formado por planícies litorâneas, flúvio-marinhas e fluviais, com representações dos ecossistemas formados por complexo vegetacional da restinga, manguezais, florestas úmidas e campos de várzeas, relativamente conservados, frente ao avanço da urbanização, principalmente nas vertentes e vale dos rios. A cidade conta, também, com matas urbanas remanescentes como a Mata do Buraquinho, o Parque Arruda Câmara e algumas encontradas no entorno da cidade (Melo et al., 2008).

Banhada pelo Rio Sanhauá e imersa no som característico do apito do trem, a comunidade Porto do Capim está situada no bairro do Varadouro, no município de João Pessoa, capital do estado da Paraíba. Datada de 1585, a comunidade é o berço original da cidade e, até o século XX, abrigava o único porto do estado. Atualmente, Porto do

Capim mantém-se como uma comunidade vibrante, composta por cerca de 500 famílias que preservam a rica herança histórica do local.

**Figura 1: Localização do Porto do Capim, João Pessoa/PB**



Fonte: Lucena, 2010.

Joffily (1983) confirma que o orçamento e a construção do porto se deu a partir de novembro de 1920 através da autorização do então presidente da república Epitácio Pessoa, durante toda a década de 1920 a construção trouxe grande dinamismo econômico e social para a região. Porém, com o passar dos anos, as questões políticas e a expansão da cidade para o leste trouxeram consigo a perda progressiva da importância da região e do porto para a cidade.

Com a decadência do Porto do Capim, foi perdendo as características, de área portuária e comercial. A movimentação, o comércio intenso, a grande quantidade de mercadorias comercializadas e as embarcações que ali atracavam, foram sendo substituídas, inicialmente pela calmaria e pelas pequenas embarcações de pescadores. No final da década de 60 inicia-se a ocupação desordenada, primeiramente com a instalação de oficinas mecânicas. (Lucena, 2010, p. 31).

Na atualidade, a comunidade é ocupada por pessoas de menor renda, pescadores, e ex-funcionários do então porto que ali foi instalado. A prefeitura vem tentando de todas as formas retirar a população que ali vive, sob a justificativa de que a região precisa “ter utilidade” e que aquela área vai ser reinserida na cidade, justificando-se pelo argumento de que o local foi ocupado a pouco tempo e que as pessoas podem se adaptar em outro espaço. Teles (2018, p. 81) vem enfatizar essa problemática “as bases concretas da Comunidade Tradicional e Ribeirinha do Porto do Capim que, desde a

segunda metade da década de 1980, resiste às tentativas constantes de remoção engendradas pelo poder público.”

Portanto, podemos concluir que há embates entre o poder público que busca retirar os moradores da comunidade do porto do capim e esses moradores, que possuem sua moradia na região e trazem consigo laços históricos que estão interligados sendo desconsiderado pela prefeitura ou o estado, que busca somente tornar a comunidade em um local turístico que busca o lucro acima de tudo, desprezando o conhecimento e o enriquecimento na experiência desses projetos públicos que teoricamente buscam desenvolver a região.

## **GEOGRAFIA DO COTIDIANO: CONCEITOS E TEMAS GEOGRÁFICOS EM PORTO DO CAPIM**

A geografia está em volta do nosso cotidiano, desde os primórdios da humanidade, quando o homem utilizava da geografia para se localizar e manter sua sobrevivência. De acordo com tal afirmação, compreendermos que a geografia no ensino básico, deve utilizar a vida cotidiana como base para “do processo de construção dos fundamentos conceituais e instrumentais para a compreensão e representação da vida e do mundo através do estudo do meio ou estudo da realidade” (Bueno e Callai, 2019).

No campo do ensino de geografia, há uma intensa discussão sobre a importância de um ensino que aborde conceitos e temas diretamente relacionados aos problemas característicos da realidade nacional, além de integrar uma abordagem contemporânea na didática dos alunos (Castro, Gomes e Corrêa, 1995). A aula de campo se apresenta como uma alternativa ao ensino "formal" de geografia, ao trazer as categorias geográficas para o contexto vivenciado pelos estudantes, conectando o aprendizado teórico à realidade prática de seu cotidiano. Oliveira e Assis (2009, p. 3) acreditam que o trabalho de campo “é ‘comprar uma briga’ temática, teórica e prática para nós, professores, que buscamos elucidar e romper com os exercícios pedagógicos engessados nas salas de aula e ‘dormentes’ em relação à transformação das experiências socioespaciais dos estudantes”.

Segundo Bueno e Callai (2019, p.7) “O ensino de Geografia lida com conhecimentos frequentemente ligados ao mundo vivido, por esse motivo, os conceitos trabalhados são importantes na formação de valores e atitudes para a vida cotidiana”.

Portanto o “espaço vivido”, é essencial para compreender e analisar as dinâmicas de convivência dentro da comunidade, já que o espaço pode frequentemente evocar sentimentos de repulsa associados à percepção de carências sociais presentes.

Para Weber (1973), o conceito de comunidade é amplo e fundamentado em aspectos afetivos, emocionais e tradicionais. A noção de "luta" se origina da percepção de que, nas comunidades, os objetivos são, em geral, negociados de maneira racional entre seus integrantes. Embora existam diferentes definições de comunidade nas áreas geográfica e sociológica, há um consenso de que o princípio fundamental desse conceito é a partilha de condições homogêneas.

Graças a interligação entre a Geografia e o campo, se faz necessário a sua utilização como ferramenta didático-pedagógica para os alunos licenciados do curso. Segundo Santos e Buriti (2020, p. 182) “a aula de campo proporciona um amplo aprendizado sobre as diferentes áreas abordadas em geografia, possibilitando o aluno conhecer aspectos socioambientais, socioculturais e socioeconômicos, favorecendo a aquisição de muitas capacidades especializadas”.

## **RESULTADO E DISCUSSÕES**

É essencial reconhecer que o ensino de geografia, ao se conectar com a realidade dos alunos e suas comunidades, vai além do enriquecimento do conhecimento teórico, promovendo também uma conscientização crítica sobre as dinâmicas sociais e espaciais que os cercam. Essa abordagem integradora capacita os estudantes a se tornarem cidadãos mais conscientes e engajados, preparados para enfrentar os desafios contemporâneos de maneira informada e colaborativa.

Ao aplicar essa perspectiva no contexto da comunidade ribeirinha Porto do Capim, localizada em João Pessoa, observou-se uma diversidade de aspectos que evidenciam a força cultural profundamente enraizada no local. Notou-se uma notável transição ao comparar a comunidade com as áreas centrais da cidade, onde a globalização e os novos estilos de vida parecem não ter exercido influência tão marcante. Contudo, também se constatou a ausência de intervenções públicas significativas na região. Apesar do tempo limitado para interações mais profundas com os moradores, foi possível perceber um ambiente de respeito mútuo que permeia a convivência na comunidade.

**Figura 2: Placa localizando centros espirituais católico e de matriz africana.**



Fonte: Acervo Pessoal.

As residências da comunidade Porto do Capim, situadas às margens do manguezal, apresentam adaptações com calçadas elevadas para acompanhar o fluxo das marés. Essas estruturas funcionam como barreiras que impedem a entrada da água nas casas localizadas junto ao mangue. Ao longo do tempo, com o fortalecimento da comunidade, os moradores ribeirinhos iniciaram um processo de recuperação gradual do manguezal, que havia sido amplamente devastado para atender às necessidades do Porto. Isso incluiu a realização de grandes aterros, que elevaram o terreno em cerca de dois metros em relação ao nível do rio (França, Neto e Lourenço, 2019). Esses aterros ajudaram a reduzir a intensidade com que o fluxo da maré atinge a localidade, algo que foi observado durante a aula de campo, especialmente nas estruturas das casas situadas às margens do rio.

**Figura 3: Casas da comunidade e a relação do fluxo do rio Sanhauá.**



Fonte: Acervo pessoal.

A relação dos moradores e trabalhadores da comunidade Porto do Capim é profundamente conectada ao ambiente em que vivem, refletindo não apenas suas atividades laborais, mas também a tradição de famílias que sustentam-se dos mangues e da pesca há gerações. Assim, o Porto do Capim representa um modo de vida único, moldado pela interação com a natureza e pela memória coletiva de seus habitantes (FRANÇA, NETO e LOURENÇO, 2019). Desde a saída do Porto em 1935, a relação dos pescadores e trabalhadores que construíram naquela comunidade, resulta em muitos exemplos de histórias e resistências ao longo do tempo.

Por meio de entrevistas semiestruturadas com moradores locais, foi possível explorar aspectos da comunidade e do rio. Ao nos aprofundarmos nas vivências de indivíduos que passaram a maior parte de suas vidas na região, obtivemos um entendimento mais abrangente do que seria possível apenas com dados secundários. Os relatos coletados revelaram uma ligação intrínseca entre as vidas desses moradores, o rio e a comunidade.

Segundo Tuan (1980, p. 14) “ A topofilia é o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito, vívido e concreto como experiência pessoal {...}”. A topofilia está profundamente ligada aos relatos dos velhos pescadores, que compartilharam que suas famílias migraram para o centro do país em busca de uma vida melhor, mas eles sempre preferiram permanecer na comunidade, vivendo da pesca e mantendo seu apego ao rio Sanhauá. Seus olhares serenos, vocabulários arcaicos e simpatias simbolizam a essência das comunidades ribeirinhas. Os causos sobre embarcações, histórias de pescadores e suas vivências refletem uma cultura brasileira significativa que está se perdendo. Conhecer o Porto do Capim e seu cotidiano foi uma experiência enriquecedora, revelando o verdadeiro sentido comunitário, muitas vezes ignorado pelos órgãos públicos e pouco impactado pela globalização do século XXI.

**Figura 3: Ribeirinhos locais exercendo sua profissão.**



Fonte: Acervo pessoal

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário reconhecer a complexidade histórica do centro de João Pessoa, além de sua beleza arquitetônica. A realidade das comunidades nas margens do Rio Sanhauá reflete a resistência de um povo que enfrenta o esquecimento por parte do Estado, revelando a luta de uma tradição que persiste em meio às adversidades.

A aula de campo enfatizou a relação entre teoria e prática no ensino de geografia, promovendo uma visão crítica que valoriza as histórias dos excluídos. Essa experiência transformou a percepção do centro histórico de João Pessoa, ressaltando a exclusão que permeia as margens do mangue e a importância de dar voz à comunidade marginalizada.

Por fim, a vivência em campo é essencial para a formação dos estudantes de licenciatura em geografia, pois integra teoria e prática de maneira enriquecedora. O relatório documenta as experiências da turma de licenciatura plena em Geografia e ressalta a importância da pesquisa de campo na formação de geógrafos mais conscientes e comprometidos com a realidade social.

## REFERÊNCIAS

- BORGES, D. W. S.; BORBA, G. K. O. O traçado geográfico do trabalho de campo: Experiências numa escola pública de Duas Estradas/PB. **III encontro de práticas de ensino de geográfica de UFPE**. Recife, 2018.
- BRAGA, E. O.; MORAES, C. G. M. S. M. PORTO DO CAPIM: LUTAS E ESTRATÉGIAS DE EXISTÊNCIA DE UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA NO

- CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA/PB. *Revista Ñanduty*, [S. l.], v. 4, n. 4, p. 20–52, 2016.
- BUENO, T. S.; CALLAI, H. C. A Geografia da vida cotidiana. In: **16º Encontro Nacional de Ensino em Geografia – ENPEG: O Ensino de Geografia e suas Composições Curriculares**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- CARVALHO, M. G. F. **Classificação Geomorfológica do Estado da Paraíba**. João Pessoa, Ed. Universitária/Funape, 1982.
- CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C. CORRÊA, R. L. **Geografia: Conceitos e temas**. Bertrand Brasil; 21ª edição, 1995.
- JOFFILY, J. **Porto Político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- LACOSTE, Y. A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. **Seleção de textos (teoria e método)**. N. 11, São Paulo: AGB/SP DEN, 1985, p. 01-23.
- LOURENÇO, C. TRABALHO DE CAMPO: LABORATÓRIO POR EXCELÊNCIA DO GEÓGRAFO. **Geografia passo-a-passo – Ensaio crítico dos anos 1990**. São Paulo, 1992.
- LUCENA, Alysso Pereira de. **Geotecnologias como suporte ao reordenamento e revitalização do Porto do Capim, João Pessoa/PB**. Monografia apresentada ao Curso de pós graduação em Geografia e Território: Planejamento Urbano, Rural e Ambiental da Universidade Estadual da Paraíba Guarabira, 2010, 101f.
- MELO, Antônio Sérgio Tavares de. et. al. **Zoneamento Geoambiental de João Pessoa -PB**. Prefeitura Municipal de João Pessoa – SEPLAN/DIGEOC. João Pessoa, fevereiro 2008.
- SILVA, R. C. N. A REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA: UMA ESTRATÉGIA PARA REPRODUÇÃO DO CAPITAL. **Tese de Doutorado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia Humana – Universidade de São Paulo**. São Paulo, 2016.
- OLIVEIRA, C. D. M.; ASSIS, R. J. S. Travessias da aula em campo na geografia escolar: a necessidade convertida para além da fábula. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n.1, p. 195-209, jan./abr. 2009.
- WEBER, M. Comunidade e sociedade como estrutura de socialização. In. F. Florestan (Org.) (2003), **Comunidade e sociedade: Leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação** (pp. 140-143). São Paulo: Editora da USP.
- FRANÇA, D. P. I.; NETO, J. I. F.; LOURENÇO, N. P. TRABALHO DE CAMPO E A PRÁXIS NA GEOGRAFIA: ARTICULAÇÃO ENTRE OS SABERES ACADÊMICOS E OS SABERES RIBEIRINHOS NO PORTO DO CAPIM, EM JOÃO PESSOAS-PB. **IX Simpósio Internacional de Geografia Agrária e X Simpósio Nacional de Geografia Agrária**. Recife, 2019.
- SANTOS, A. F. L.; BURITI, M. M. S. IMPORTÂNCIA DA AULA DE CAMPO NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE GEOGRAFIA. *Revista GeoUECE*, [S. l.], v. 9, n. 16, p. 181–194, 2020.
- SOUSA, M. E.; CAVALCANTI, L. C. de S.; FRANÇA, L. F. de O. PROPOSTA METODOLÓGICA PARA AULAS DE CAMPO EM EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA E INTERDISCIPLINAR. *Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)*, [S. l.], v. 25, n. 3, p. 157–177, 2024.
- TELES, Letícia Helen Silva; NEVES, Poliana Ramos Rodrigues das. Educação para a cidadania: Ensino de História Local e Educação Patrimonial através da Arte na comunidade tradicional e ribeirinha do Porto do Capim (João Pessoa/PB). In.: **Anais do Congresso de Extensão Universitária** (2018: Natal/RN). Anais... [recurso eletrônico] / Maria de Fátima de Melo Ximenes (Organizadora); José Correia Torres Neto (Editor). 1. ed. Natal: SEDIS-UFRN, 2018, p. 3409-3421



TUAN, Y.F. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** Londrina: Eduel, 1980.